

Área de concentração: **Direito do Estado**

Subárea: **Direito Administrativo**

**ESPELHO DE CORREÇÃO**

“Vimos que o paradigma multipolar contrasta com o paradigma bipolar pois, enquanto neste a autoridade restringe a liberdade em prol de um interesse público previamente identificado (no mais das vezes de modo discricionário pelo agente investido da autoridade estatal), no multipolar a administração é obrigada a sopesar e equilibrar os diferentes interesses. E isso se manifesta, já pude aludir, de modo bastante pronunciado no âmbito do instituto da concessão, o que me leva à convicção de que o hodierno pacto concessório é, antes de tudo, um instrumento de composição dos diversos interesses enredados em torno do objeto concedido.”

A partir da leitura do trecho acima, de obra cujo autor não se explicita nesta questão para permitir a maior liberdade de concordância ou discordância por parte do(a) candidato(a), elabore dissertação, compatível com uma visão aprofundada em nível de doutorado, contendo os seguintes elementos:

- a) uma visão crítica quanto à evolução, no Brasil, do tratamento doutrinário e da prática da administração pública, quanto ao direito administrativo em geral, em face dos paradigmas bipolar e multipolar;
- b) uma visão crítica quanto à evolução do regime jurídico das concessões no Brasil, em face dos mesmos paradigmas;
- c) uma análise comparativa da evolução, no Brasil, do regime jurídico das concessões por contraste com o regime jurídico dos contratos administrativos instrumentais (assim entendidos os disciplinados, atualmente, pela Lei n. 14.133/21);
- d) a aplicação de uma análise crítica baseada na mesma dicotomia dos paradigmas bipolar e multipolar em relação a UM outro capítulo usualmente tratado pela doutrina administrativista, escolhido dentre os seguintes: poder de polícia, bens públicos ou processo administrativo.

**Critério de correção**

- a) aprofundamento compatível com o nível de doutorado – **1 ponto**
- b) abordagem das quatro elementos acima indicados, de modo suficiente, ou seja, demonstrando possuir: domínio dos debates doutrinários envolvidos; conhecimento do regime jurídico próprio do direito brasileiro; conhecimento da evolução histórica da matéria; e raciocínio crítico – **2 pontos por elemento**
- c) qualidade da linguagem – **1 ponto**